

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	25
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	52.437
Preferenciais	0
Total	52.437
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	76.201	72.916
1.01	Ativo Circulante	4.487	4.732
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.712	4.474
1.01.03	Contas a Receber	1.775	258
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.775	258
1.02	Ativo Não Circulante	71.714	68.184
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.179	3.790
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.179	3.790
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	3.167	3.778
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais	12	12
1.02.02	Investimentos	48.934	44.793
1.02.02.01	Participações Societárias	48.934	44.793
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	48.934	44.793
1.02.04	Intangível	19.601	19.601
1.02.04.01	Intangíveis	19.601	19.601
1.02.04.01.02	Ágio/Deságio Investimento	19.601	19.601

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	76.201	72.916
2.01	Passivo Circulante	40	2.539
2.01.03	Obrigações Fiscais	15	28
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15	28
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15	28
2.01.05	Outras Obrigações	25	2.511
2.01.05.02	Outros	25	2.511
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	2.500
2.01.05.02.05	Outros	25	11
2.02	Passivo Não Circulante	12	12
2.02.02	Outras Obrigações	12	12
2.02.02.02	Outros	12	12
2.02.02.02.04	Outros Passivos Não Circulantes	12	12
2.03	Patrimônio Líquido	76.149	70.365
2.03.01	Capital Social Realizado	49.646	49.646
2.03.04	Reservas de Lucros	14.084	20.275
2.03.04.01	Reserva Legal	4.909	4.909
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	2.935	2.935
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.240	6.240
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	6.191
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	11.241	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.178	444

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.627	10.882	3.586	8.269
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-56	-231	-75	-376
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-58	-174
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.683	11.113	3.719	8.819
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.627	10.882	3.586	8.269
3.06	Resultado Financeiro	93	374	218	478
3.06.01	Receitas Financeiras	93	374	218	478
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.720	11.256	3.804	8.747
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4	-15	-296	-366
3.08.01	Corrente	-4	-15	-296	-366
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.716	11.241	3.508	8.381
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.716	11.241	3.508	8.381
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,07087	0,21437	0,66890	0,15982
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,07087	0,21437	0,06689	0,15982

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	3.716	11.241	3.508	8.381
4.02	Outros Resultados Abrangentes	283	734	-291	-96
4.02.01	Ajuste de Ativos Financeiros - Concessão - Reflexo	771	1.113	-441	-146
4.02.02	Tributos sobre Ativos Financeiros Concessão -	-488	-379	150	50
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.999	11.975	3.217	8.285

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.929	9.901
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-47	-101
6.01.01.01	Lucro do exercício antes do IR e da CS	11.256	8.747
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-11.113	-8.819
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias Ativas	-190	-203
6.01.01.05	PIS/COFINS	0	174
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.976	10.002
6.01.02.01	Impostos e Contribuição a Recuperar	1	-55
6.01.02.02	Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	258	9.421
6.01.02.03	Dividendos Recebidos	5.933	628
6.01.02.04	Restituição saldo negativos IRPJ/CSSL	799	0
6.01.02.20	Contas a Pagar e Outros	-15	8
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.691	-11.501
6.02.01	Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-2.500	-2.000
6.02.02	Dividendos Pagos	-6.191	-9.501
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.762	-1.600
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.474	5.518
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.712	3.918

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	49.646	0	20.275	0	444	70.365
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	49.646	0	20.275	0	444	70.365
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.191	0	0	-6.191
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.191	0	0	-6.191
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.241	734	11.975
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.241	0	11.241
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	734	734
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	734	734
5.07	Saldos Finais	49.646	0	14.084	11.241	1.178	76.149

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	49.646	0	13.509	0	322	63.477
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	49.646	0	13.509	0	322	63.477
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.036	-1.204	0	-4.240
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.204	0	0
5.04.08	Aprovação AGE de Proposta Dividendos	0	0	-3.036	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.381	-96	8.285
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.381	0	8.381
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-96	-96
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-96	0
5.07	Saldos Finais	49.646	0	10.473	7.177	226	67.522

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-213	-352
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-213	-352
7.03	Valor Adicionado Bruto	-213	-352
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-213	-352
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.487	9.297
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.113	8.819
7.06.02	Receitas Financeiras	374	478
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.274	8.945
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.274	8.945
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	33	564
7.08.02.01	Federais	33	564
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.241	8.381
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	1.204
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.241	7.177

Comentário do Desempenho

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta

CNPJ Nº 02.162.616/0001-94
NIRE Nº 33300166190

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
para o período findo em 30 de setembro de 2012
(em milhares de reais)

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Uptick Participações S.A. (“Uptick” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores as informações contábeis intermediárias, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes, para o período findo em 30 de setembro de 2012.

Perfil Corporativo

A Uptick é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída em 8 de setembro de 1997, e que tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, cotista ou consorciada.

A Companhia mantém investimento na sua controlada em conjunto Cosern - Companhia Energética do Rio Grande do Norte (“COSERN”), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Comentário do Desempenho

Estrutura Acionária

A Uptick é controlada por algumas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), as quais exercem o poder de controle de forma indireta, por meio do Ennesa Fundo de Investimento de Ações (“Ennesa FIA”), que detém 99,99% das ações ordinárias e totais de emissão da Companhia.

O Ennesa FIA é um fundo de investimento administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A e seus cotistas são: FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, FAELCE – Fundação Coelce de Seguridade Social, FASERN – Fundação Cosern de Previdência Complementar, CELPOS – Fundação Celpe de Seguridade Social, FUNCASAL – Fundação Casal de Seguridade Social, Fundação Banorte – Fundação Manoel Batista Silva de Seguridade Social.

Aspectos Econômicos e Financeiros

Como a empresa de participação (“*holding*”), a Uptick tem suas Receitas Operacionais originadas da equivalência patrimonial, mensurada conforme sua participação no patrimônio líquido da COSERN, que no período findo em 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 11.241.

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da Uptick são listadas no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBOVESPA, sob o código UPKP3B. As mesmas não possuem um mercado ativo de negociação.

Informações sobre a COSERN

A Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte (“COSERN”) é uma Companhia elétrica, com atuação no Estado do Rio Grande do Norte, que atende a uma população estimada de 3.014 mil habitantes em 167 municípios. Essa concessão abrange uma área de 52.797 km², o que corresponde a 100% do território do Estado.

Os principais destaques do desempenho da COSERN no período findo em 30/09/2012:

- O Lucro Líquido do trimestre foi de R\$ 63.291, contra R\$ 63.917 no mesmo trimestre em 2011;
- O Consumo da COSERN apresentou um acréscimo de 6,93%, no mercado cativo, em relação ao mesmo período de 2011, representando um aumento de 65.697MWh. De acordo com o comentário de desempenho da COSERN, com acréscimos significativos nas classes residencial, rural, poder público e serviço público.

Comentário do Desempenho

- A COSERN apresentou, no terceiro trimestre de 2012, uma Receita Bruta 16,53% superior à alcançada no mesmo período de 2011, enquanto a Receita Líquida teve um acréscimo de 20,84% quando comparados os terceiros trimestres dos exercícios 2012 e 2011;
- A COSERN vem realizando investimentos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. Neste trimestre foram investidos cerca de R\$ 46.797;
- A dívida bruta da COSERN, incluindo empréstimo e financiamentos, debêntures e encargos totalizam R\$ 637.030, um aumento de 1,64% ao mesmo período do ano anterior em função de ingressos de novas captações de recursos.

Audidores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, BDO Auditores Independentes S.S, não prestaram, em 2012, quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria externa da Uptick.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2012.

Uptick Participações S.A.

Notas Explicativas

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras referentes ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Uptick Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia possui 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“COSERN”), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

<u>Distribuição</u>	<u>Municípios</u>	<u>Localidades</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	31/12/27

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações financeiras para o trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 da Sociedade foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 673, de 20 de outubro de 2011 que aprova o pronunciamento técnico CPC 21(R1), que faz correlação ao IAS 34 Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimento controlado em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

As demais informações relativas às: base de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

2.2 Mudança nas políticas contábeis

Conforme Deliberação CVM nº 666/2011, que aprovou para as companhias abertas, o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que prevê, como alternativa à consolidação proporcional no caso de controle compartilhado de uma entidade o uso do Método de Equivalência Patrimonial, a Uptick em 30 de setembro de 2011, optou pelo Método de Equivalência Patrimonial para as demonstrações financeiras.

Essa alteração na política contábil foi aplicada retrospectivamente, conforme CPC 23, não tendo impacto nas informações trimestrais e do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros:

- i) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Os principais ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 4). O CPC 40 requer uma classificação em uma hierarquia de três níveis (I, II e III) para mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros, sendo que esse ativo financeiro está classificado no Nível I.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários

Notas Explicativas

2.5 Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade para o semestre findo em 30 de setembro de 2012. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as informações trimestrais:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do "IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração".	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Informações Trimestrais Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "Joint Ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 - Benefícios a empregados	Benefícios a empregados.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, foram adotados pela Sociedade nas informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2012, e os referidos pronunciamentos não causaram efeitos nas informações trimestrais:

Pronunciamento/Interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações à IFRS 7 –Instrumentos Financeiros	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2011.
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2011.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	16	4
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	<u>2.696</u>	<u>4.470</u>
	<u>2.712</u>	<u>4.474</u>

As aplicações financeiras consistem em aplicações em fundo de investimento de curto prazo, administrado pela Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic.

4. Tributos a Recuperar

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Não-Circulante		
Imposto de Renda - IR	3.089	3.603
Contribuição Social - CSLL	<u>79</u>	<u>175</u>
	<u>3.168</u>	<u>3.778</u>

Notas Explicativas

O Imposto de Renda – IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL correspondente aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados. A Companhia mantém no ativo não circulante créditos tributários no valor de R\$ 3.168 mil, cuja realização dependerá da geração de lucros tributários futuros por parte da Companhia.

5. Reconciliação dos montantes de contribuição social e impostos de renda registrados nos resultados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais no trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e 2011:

	30/09/2012		30/09/2011	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Legislação	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	11.256	11.256	8.747	8.747
Amortização do ágio	(757)	(757)	(757)	(757)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	10.499	10.499	7.990	7.990
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Receita de Juros sobre Capital Próprio	-	-	1.885	1.885
Multas indedutíveis	-	-	1	1
Amortização ágio sobre investimento	757	-	757	-
Subtotal adições	757	-	2.643	1.886
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(11.113)	(11.113)	(8.819)	(8.819)
Subtotal exclusões	(11.113)	(11.113)	(8.819)	(8.819)
Lucro antes das Compensações	143	(614)	1.814	1.057
Compensações de Prejuízos Fiscais	(43)	-	(544)	-
Base de Cálculo	100	(614)	1.270	1.057
Imposto de renda e contribuição social no resultado	15	-	300	-
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Efetiva	15%	0%	24%	0%

Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Notas Explicativas

6. Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Cíveis	12	12

7. Investimento

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Participação em controlada em conjunto	<u>48.934</u>	<u>44.793</u>

a) Movimentação do Investimento na Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

No trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a participação da Companhia na Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo no início do exercício	<u>44.793</u>	<u>41.893</u>
Equivalencia patrimonial	11.113	13.514
Equivalencia patrimonial reflexa concessão Serviço Público	735	122
Juros sobre o capital próprio	-	(2.189)
Dividendos	<u>(7.707)</u>	<u>(8.547)</u>
Saldo do final do exercício	48.934	44.793

Notas Explicativasb) Informações sobre a Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Capital social	179.787	179.787
Quantidade de ações da COSERN Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028
Quantidade de ações possuídas:		
Ordinárias	7.576.650	7.576.650
Preferenciais – Classes A	1.156.609	1.156.609
Preferenciais – Classes B	<u>1.047.352</u>	<u>1.047.352</u>
Subscritas e integralizadas	9.780.611	9.780.611
Participação no capital		
Capital votante	5,8396%	5,8396%
Capital social	5,8192%	5,8192%
Lucro líquido do período	<u>191.007</u>	<u>232.128</u>
Patrimônio líquido	<u>840.897</u>	<u>769.748</u>

A participação inicial na COSERN foi adquirida por meio de leilão público realizado em 12 de dezembro de 1997 e de leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro como companhia aberta da COSERN, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores. A Uptick Participações S.A. é controladora em conjunto da COSERN, nos termos do Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas daquela empresa em 11 de dezembro de 1997.

Em reunião de 11 de julho e 13 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração da Uptick aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2000, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais.

Notas Explicativas

8. Intangível

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2012</u>
Ágio no investimento	19.601	19.601
	<u>19.601</u>	<u>19.601</u>

a) O ágio tem origem na aquisição do direito de exploração de serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de 30 (trinta) anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme determinação da Lei 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado.

9. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital social integralizado da Companhia no trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 49.646;

A composição do capital social autorizado da Companhia, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas.

<u>Acionistas</u>	<u>Nº de ações em 30 de setembro de 2012</u>	<u>Nº de ações em 31 de dezembro de 2011</u>
Ennesa Fundo de Investimento em Ações	52.436.001	52.436.999
Outros	2	4
Total	<u>52.437.003</u>	<u>52.437.003</u>

b) Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2012 apresenta um saldo de R\$ 4.909.

Notas Explicativas

c) i. Reserva de Retenção de Lucros

O resultado da companhia é composto basicamente pela equivalência patrimonial com a Controlada em conjunto COSERN. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresenta um saldo de R\$ 6.240 nesta reserva, pela falta de expectativa na realização do lucro.

ii. Reserva de Lucros a Realizar

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresenta um saldo de R\$ 2.935 nesta reserva. A constituição desta reserva está em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 202 da Lei 6.404/76, o qual define que o pagamento do dividendo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

d) Outros Resultados Abrangentes - Reflexo

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes reflexo, em atendimento ao CPC 26(R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários, na controlada COSERN.

e) Resultado básico por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pelas ações emitidas durante o exercício em poder dos acionistas, ou seja, em circulação.

f) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

10. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando

Notas Explicativas

à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de controlada em conjunto, depósitos judiciais, e contas a pagar e fornecedores. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	30/09/2012		31/12/2011	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	2.712	2.712	4.474	4.474
Contas a receber com controlada em conjunto	Empréstimos e recebíveis	1.775	1.775	258	258
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	12	12	12	12
Contas a pagar a controladora	Outros passivos financeiros			2.500	2.500
Contas a pagar serviços prestados	Outros passivos financeiros	12	12	11	11

b) Risco de crédito:

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

c) Risco de fraude:

A companhia monitora todas as transações financeiras realizadas no curso do exercício não havendo nenhum indicio de erro intencional.

d) Risco de taxa de juros:

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do CDI ou à Taxa Selic.

Notas Explicativas

11. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia é controlada pelo Ennesa Fundo de Investimento em Ações, sendo este controlado pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social (FACHESF), (b) Fundação Cosern de Previdência Complementar (FASERN), (c) BANORTE Fundação, (d) Fundação Casal de Seguridade Social (FUNCASAL), (e) Fundação CELPOS, (f) Fundação COELCE de Seguridade Social.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

0

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) Aplicação Financeira – refere-se basicamente a aplicações financeiras, administrado pelo BNY Mellon Serviços D.T.V.M., conforme descrito na nota 3.

12. Aprovação das informações trimestrais

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 14 de novembro de 2012.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
UPTICK Participações S/A
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da UPTICK Participações S/A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2012.

BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2SP 013846/O-1 “S” RJ

Julian Clemente
Contador CRC 1SP 197232/O-6 “S” RJ